

RACISMO E ALIENAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO À BASE ONTOLÓGICA DE TEMÁTICA RACIAL

Keros Gustavo Mileski¹

Rita de Cassia Alves²

Andressa Grazielly Berto da Silva³

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e Alienação**: Uma aproximação à base ontológica de temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Uelber Barbosa da Silva é graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Segundo suas próprias palavras, sua aproximação à temática racial se deu ao perceber que seus traumas de infância e adolescência decorreram do racismo impregnado na sociedade burguesa. A partir disso, o autor buscou em sua militância acadêmica compreender as mediações entre racismo e capitalismo, bem como demonstrar a validade do marxismo para o estudo da questão racial.

Seu livro **Racismo e Alienação**: Uma aproximação à base ontológica de temática racial é uma publicação composta de três capítulos que discutem o racismo como um dos aspectos decorrentes da alienação. Para tanto, Silva objetivou compreender se: “[...] o racismo é uma das expressões da moderna alienação? O que é alienação? Qual a relação entre alienação, racismo, raça e escravidão?” (SILVA, 2012, p. 14).

O primeiro capítulo, intitulado *Os fundamentos do Racismo Moderno*, traz reflexões sobre a divisão da sociedade em classes sociais como um dado da realidade, construída historicamente. Destaca que os homens sobrevivem por causa do trabalho e que, nesta sociedade de classes, a classe dominante mantém sua existência pela exploração do trabalho alheio. O texto demonstra que, marcando a era da sociedade de classes, o primeiro modo de exploração do homem pelo homem se deu no escravismo mediterrâneo; posteriormente, essa exploração se expressou no colonialismo pela escravidão; na idade média, na relação do senhor feudal e servo; e no sistema capitalista pela exploração da mão de obra assalariada.

O autor (SILVA, 2012) se baseia em Marx para destacar que o acúmulo de capital, de mais valia, se dá pela exploração do trabalhador. As exigências do modo de produção são explicadas como leis naturais e, a partir disso, desenvolve-se uma classe social que reconhece essas exigências como fundamentais para a sua sobrevivência.

Para o autor, a formação social escravista influencia na concentração de capital, pois, com a colonização, o escravismo foi utilizado a favor da acumulação de capital e da exploração comercial.

¹ Graduado em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor da Educação Básica – rede municipal de ensino.

² Graduada em Pedagogia pela FANP – Faculdade de Nova Esperança-PR. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Maringá-PR.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Participante do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena – UEM-PR.

Existem relações entre o processo que transforma o servo em trabalhador e os negros africanos em escravos, nas palavras do autor:

O absolutismo mercantilista se encarregou de libertar o trabalhador europeu da gleba e das corporações, separando-o dos meios de produção, ao passo que separava a agricultura das manufaturas, saqueados os bens da igreja e entregava o Estado nas mãos do capitalismo em sua fase inicial. No mesmo processo esse Absolutismo mercantilista impulsionava a criação de formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas, enviando para a Europa ouro, prata e matérias-primas em grande quantidade, enquanto se encarregava de converter a escravidão em uma verdadeira caça aos negros africanos, estimulando o crescimento do tráfico de escravos, tão lucrativo para os Estados Absolutistas. (SILVA, 2012, p. 26)

Nesse período a escravidão, que nunca deixou de existir durante a idade média ou feudal, assumiu formas distintas. Das justificativas econômicas e religiosas, passou a ser determinada pela cor da pele do escravo e pela territorialidade, dando o suporte ideológico às novas classes sociais pela divisão racial.

Desse modo, o racismo não originou a escravidão, mas é consequência desta, desenvolvendo-se para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações das colônias que foram importantes para o estabelecimento do capitalismo como sistema mundial (CALLINICOS, 1995). O racismo, portanto, formou-se como parte no desenvolvimento do capitalismo, visto como sistema econômico e social dominante (SILVA, 2012).

No segundo capítulo, intitulado: *Pensamento moderno e Racismo*, o autor discute sobre a função da racionalidade e também da irracionalidade nas questões raciais que resultaram em teorias de cunho científico.

O autor realiza algumas considerações sobre questões suscitadas na revolução bur-

guesa, a fim de compreender historicamente a Filosofia e a Ciência em dois momentos fundamentais. Explicita, nessas considerações, que as questões decorrentes da crise feudal induziram a classe emergente de comerciantes a questionar os suportes políticos-ideológicos presentes no sistema feudal como, por exemplo, a moral cristã e também o direito divino. Tais argumentos sustentavam a posição privilegiada que os senhores feudais e, também, os nobres ocupavam naquela sociedade. Filósofos e artistas passam a remeter a culpa dos problemas sociais à filosofia cristã, elaborando novas ideias em contraposição ao pensamento filosófico que vigorava no período da Idade Média. Esse processo marca a origem da filosofia burguesa, constituída essencialmente pela razão e pela cientificidade moderna.

O autor demonstra algumas contradições intrínsecas ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Uma delas refere-se à transformação do camponês europeu em trabalhador assalariado livre, que passou a ser explorado por meio de uma crescente demanda por trabalho especializado. Ao mesmo tempo em que na Europa a mão de obra passa a ser livre, nas Américas e também nas Antilhas os negros retirados da África passaram a ser escravizados.

Outra contradição tem relação com a tomada de consciência do proletariado, percebendo-se como uma classe social, com interesses próprios e de oposição à classe burguesa. A classe trabalhadora apropriou-se da questão racional para buscar sua emancipação perante a condição de alienação em que se encontrava, o que, por sua vez, forçou a classe burguesa a negar a razão, que outrora utilizara, como instrumento. É, portanto, nesse processo de destituição da razão que o racismo é constituído essencialmente.

Porém, Silva (2012) afirma que o racismo já havia surgido anteriormente, no período absolutista, em um momento de luta entre os nobres e a classe burguesa que emergia. O

argumento elaborado pela nobreza, para defender a posição que ocupava, era o de que a constituição das classes, das raças, em condições desiguais, ocorria por fatores próprios da natureza, nos quais nenhuma interferência poderia ser realizada.

O texto argumenta que, concomitantemente à elaboração da concepção filosófica burguesa pautada na razão, surge a definição conceitual de raça. Silva (2012) expõe também reflexões sobre a constituição da classe proletária, bem como o papel que a burguesia exerce mediante esta situação: passa a negar a razão e busca disseminar teorias que justifiquem as condições sociais daquele período e sua manutenção como classe dominante. É nesse momento de substituição da filosofia burguesa, anteriormente pautada pela razão, que o racismo de cunho científico se expressa como consequência do processo de decadência da ciência burguesa.

Para Silva (2012), a ciência destinou atenção especial aos debates sobre os problemas raciais, explicando por meio de questões biológicas as diferenças existentes entre os homens. Teorias foram elaboradas com o intuito de apresentar as diferenças entre os homens e os animais, além de tentar comprovar que a humanidade se dividia em raças, superiores e inferiores, com as mais variadas intenções, dentre elas, justificar a escravidão, considerando os europeus pertencentes à raça superior.

A questão racial perpassou tanto aspectos racionais quanto irracionais, recebendo explicações científicas pautadas no biológico, negadas, posteriormente, pela própria ciência. Nesse sentido, o autor encerra esse capítulo com a seguinte afirmação “[...] o racismo, de forma clara ou velada, continua a operar em maior ou menor grau no cotidiano de negras e de negros em todo mundo” (SILVA, 2012, p. 70).

O último capítulo, intitulado *Alienação e Racismo*, apresenta, embasado pela Ontologia de György Lukács, discussões sobre os funda-

mentos do gênero humano, no sentido de superar a compreensão do homem histórico apenas como resultado do desenvolvimento da espécie. O autor faz tal reflexão com o intuito de apresentar o racismo como expressão da alienação.

Silva (2012), por meio de análise das ideias de Lukács (1981), compreende que a passagem do ser natural ao homem social ocorre pelo trabalho, pois nessa atividade acontecem as interações entre os homens e a natureza, transformando-a em função de suas necessidades e, conseqüentemente, sendo modificados por ela, processo que resulta na elaboração do gênero humano. Assim, o trabalho é um elemento fundamental no mundo dos homens, visto que o produto final do modo de produção está presente na consciência do homem, consciência que se modifica no processo de humanização, acarretando problemas como a alienação.

O texto traz reflexões sobre a alienação, compreendendo esse fenômeno como uma construção histórica e também social que se apresenta de forma diferente em cada momento. Durante todo o processo histórico, a alienação se apresenta pela necessidade de produção. O autor destaca que, entre o desenvolvimento econômico-social e o desenvolvimento da personalidade, existe uma antítese dialética que se manifesta como alienação.

De acordo com Silva (2012), a alienação é um fenômeno real que age nos indivíduos de modo individual e subjetivo e reflete em sua exteriorização, por meio de ações individuais mediadas por inter-relações, pois a alienação de maneira alguma poderia existir fora da sociedade.

Silva (2012) constata que os problemas postos pela divisão do trabalho transformam a personalidade do homem e as relações sociodinâmicas, contudo os atos individuais não determinam de forma direta os processos econômicos, mas isso não significa que sejam

indiferentes do ponto de vista sócio-histórico, pois, na esteira de Marx, ressalta que os homens fazem a história, mas não a fazem como a querem e sim em condições determinadas socialmente.

O texto destaca que a alienação bloqueia o desenvolvimento dos indivíduos no mesmo nível do crescimento das forças produtivas, portando é a contradição entre essas que expressa a exploração do homem pelo homem. Posta pela ascensão do capitalismo, a alienação racional “[...] se expressa em mecanismos ideológicos com teorias racistas produzidas para manter sob controle as populações negras submetidas ao trabalho alienado e em condições de desigualdade social” (SILVA, 2012, p. 95). Assim, como resultado das ideias das classes dominantes, os negros sofrem toda a forma de exploração e preconceitos até a atualidade.

A alienação assume diversas formas condicionadas ao modo de produção e subsistência. Em cada formação social, a alienação ocorre de uma maneira, podendo ainda assumir em outros períodos históricos diferentes formas, atingindo, no caso da acumulação primitiva e do capitalismo, como apresenta o texto (SILVA, 2012), todos os setores da atividade humana: econômico, ético e cultural.

O racismo, traduzido pela expressão ideológica da alienação, atua a partir da base material de produção e se apresenta em cada indivíduo de forma diferente pela sua classe social, agindo pela consciência e como um fenômeno universal. “[...] o racismo aparece com uma deformação da autoimagem do homem” (SILVA, 2012, p. 101). Desse modo, tanto o indivíduo branco da classe hegemônica como o não branco da classe dominada apresentam influência da alienação, subjetivamente e objetivamente. Entretanto, segundo o autor, o indivíduo da classe dominante revela, por meio de uma autoalienação, a condição de manter seu status, isto é, a sua classe.

A luta contra a alienação racial deve ser integrada à luta geral contra a essência da alienação que opera na sociabilidade do capital, pois sem uma mudança na estrutura econômica não é possível mudar os fundamentos ideológicos de exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, relembramos novamente Callinicos (1995), que considera que o racismo só será amplamente eliminado se o sistema responsável pela perpetuação dele também o for. Somente com a união da classe trabalhadora, constituída tanto de negros quanto de brancos, é que se faz possível a superação do sistema capitalista.

Na conclusão, o autor destaca que não é possível compreender o racismo sem a compreensão do homem como ser social constituído pelo trabalho. Como o trabalho não é o único complexo do homem para a apropriação da riqueza, surgiram outras justificações (ideológicas, políticas e culturais) e, juntamente, o racismo, com esta finalidade: explicar a escravidão para a apropriação privada da riqueza. Desse modo, o racismo – como alienação – se manifesta como uma exteriorização desumanizada e conduzida pela ideologia burguesa.

Por fim, Silva destaca que a luta antirracista começou a ser organizada após a Segunda Guerra Mundial e as políticas afirmativas elaboradas no contexto do multiculturalismo como tentativa de humanizar o capitalismo, com a integração dos povos negros nos processos democráticos; contudo, segundo o autor, tais políticas servem para reforçar a desigualdade de classes e o racismo existente.

Referências:

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo**. Tradução de: Race and class. Londres: Bookmarks, 1995. Disponível em: <<http://socialista.tripod.com>> Acesso em: 04 de set de 2013.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e Alienação: Uma aproximação à base ontológica de temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.